

## TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA: UM AVANÇO SEM APLICAÇÃO?

Rosenberg Fernando Frazão<sup>1</sup>

### Introdução

Há quem diga que a eterna luta dos sociólogos com seu objeto de trabalho - a sociedade, em tudo aquilo que a envolve -, é magnificamente ilustrada pela polarização dos campos onde se desenrolam as sucessivas batalhas teóricas desta ciência, ainda em desenvolvimento; são eles: o da *ação* e o do *sistema social*.

Inevitavelmente, qualquer teoria da ação (ou que a tome como ponto de partida) corre o risco de enveredar por labirintos sistêmicos, ou vice-versa. Todavia, o que está em jogo não é a eleição da perspectiva mais importante ou mesmo determinante no processo social: como ambas são igualmente relevantes e intercomplementares, o único fator determinante na pesquisa sociológica acaba sendo, por conseguinte, o *objeto*. Este, por sua vez, guarda consigo a peculiaridade de ser analiticamente escorregadio e, portanto, imprestável a enquadramentos rigorosos, que desconsiderem a natureza dos fenômenos sociais no que diz respeito à *dimensão, complexidade e dinamismo* que lhes são peculiares, e têm predisposto muitas teorias famosas da sociologia ao fracasso, por alimentarem com insistência o ideal de extrair princípios regulares - ou leis - da análise empírica, capazes de explicar e favorecer a predição dos fenômenos sociais e evitar, assim, problemas tais como o conflito e a desordem social. O positivismo - e seus vários desdobramentos - poderia ser tomado como exemplo mais clássico desta postura.

Mas além dos arroubos empiricistas do positivismo, outras correntes científicas concentradas no extremo oposto, tais como o estruturalismo e funcionalismo ortodoxos, por exemplo, foram capazes, em vários momentos, de reduzir o valor dos "agentes individuais" (ou "atores sociais"), enquanto elementos significativos nas relações e configurações sistêmicas, de modo a impedir, por tempo considerável, a abordagem de questões essenciais para o estudo da sociedade, tais como o verdadeiro papel da agência na constituição da estrutura social; a interação; o peso significativo da ação individual nas relações de poder estabelecidas na sociedade; e, sobretudo, os problemas em torno da mudança/ mobilidade social.

Desse modo, a questão verdadeira seria: dado o caráter específico do objeto da sociologia, por qual destas esferas as investigações alcançariam maior valor explicativo? (Cohn, 1993). Obviamente, esta questão nos sugere que, para além de qualquer tentativa de polarização, o grande desafio dos sociólogos consiste, na verdade, em unificar estas perspectivas numa teoria que lhes faça jus às dimensões, e seja, portanto, suficientemente abrangente, sem ferir as peculiaridades nem do objeto nem do método sociológico empregado para

---

<sup>1</sup> Mestre em Literatura Brasileira pela UFPb, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-Mail: <rosenbergfrazao@yahoo.com.br>.

defini-lo.

Como as investigações sociológicas e os esquemas explicativos daí resultantes - por mais que sugiram uma tendência unificadora - acabam sempre se voltando mais para uma ou outra destas perspectivas, iniciar uma discussão a respeito de algum autor da área implica, necessariamente, em situá-lo num destes pólos de abordagem. Ao fazer isto, estamos não apenas nos situando em relação à perspectiva de abordagem deste autor, como também dando um passo importante para a compreensão do *modus operandi* de sua teoria e das bases empíricas de sua constituição.

Neste sentido, portanto, pode-se dizer que é no âmbito da agência que se situa a teoria de Jurgen Habermas (sem que disto resulte, como se poderá notar, qualquer tipo de desprezo à noção estrutural dos fenômenos) e, sob esta perspectiva, ele constrói um dos mais complexos arcabouços teóricos da sociologia, por meio da qual reedifica a tradição racionalista alemã e avança pressupostos da Escola de Frankfurt a um estágio bem menos obscurecido pelo desencantamento do mundo (claramente manifesto nas visões da *Dialética do esclarecimento*, 1985) que atingiu em cheio seus predecessores; ou, para ser mais exato: Theodor Adorno e Max Horkheimer.

É sob este viés que Habermas oferece, portanto, sua contribuição ao amplo debate em torno da possibilidade de integração das duas perspectivas essenciais da teoria sociológica - *ação* e *estrutura* social. Uma vez situado ao nível da micro-estrutura, seu esboço vai buscar na variedade dos tipos de ação que a realidade oferece, aquele capaz de lhe fornecer um modelo explicativo consistente acerca da interação humana, o qual se acha formulado em sua *teoria da ação comunicativa*.

Tendo em vista que o objetivo fundamental deste artigo é analisar até que ponto a contribuição de Habermas significou, de fato, um "avanço" para a teoria sociológica (considerando-se a opinião, mesmo informal, de vários sociólogos), a apresentação da teoria da ação comunicativa é condição fundamental para que possamos alcançá-lo. Assim, logo após a apresentação da teoria de Habermas, procurarei discutir a coerência de algumas críticas referentes à sua possível inaplicabilidade e limitação explicativa, ao mesmo tempo em que tentarei desfazer equívocos ou impasses causados pela colocação destas críticas. Por último, nas considerações finais, procurarei listar as principais contribuições da teoria da comunicação para a abordagem sociológica, analisando até que ponto ela representa, de fato, um "avanço" em seu âmbito.

### **A Teoria da Ação Comunicativa (síntese expositiva)**

Em termos simples, pode-se conceber a ação comunicativa como o processo de interação entre atores sociais mediante o uso da linguagem, tendo como objetivo principal estabelecer o entendimento entre as partes.

Na teoria, estes atores constituem uma categoria autônoma em sua relação com a estrutura. São vistos, melhor dizendo, como "agentes plenos" (expressão minha), uma vez que Habermas se mostra absolutamente contrário à idéia 'totalista' da movimentação dos atores, condicionada integralmente pelas determinações da estrutura (no que, aliás, aproxima-se bastante de Max Weber).

Por essa razão, eles atuam como entidades capazes de usar a linguagem em contextos comunicativos diversos; e a linguagem, por sua vez, é vista como o *meio* através do qual as ações comunicativas dos indivíduos são coordenadas. Nestes termos, subentende-se que a linguagem “em-uso” é *condição básica* para o estabelecimento da interação social.

Tomando, portanto, *atores* e *linguagem* como fatores centrais, a teoria da ação comunicativa encontra seu desdobramento em áreas diversas (tais como a filosofia e a lingüística, por exemplo), e o recorte que põe em evidência o aspecto comunicativo sobre os demais aspectos da ação social, justifica-se pelo fato de que uma teoria da comunicação remete diretamente ao debate sobre a *racionalidade* e sua projeção no contexto histórico específico da *Modernidade*.

Isto posto, a questão-alvo da teoria da ação comunicativa pode ser entendida como um desdobramento natural das preocupações essenciais da Escola de Frankfurt, e, de fato, um prosseguimento dos debates acerca da sobrevivência do Iluminismo na Modernidade, a partir das críticas feitas, especialmente, à obra de Adorno e Horkheimer: “*De que modo a ação comunicativa responde à exigência intrínseca à Modernidade, de expansão da racionalidade por todos os domínios da vida social?*” (Cohn, 1993: 65).

Para responder a esta questão, não se pode conceber a racionalidade de outro modo, senão enquanto dimensão *intrínseca* à modernidade. Disto resulta que, para Habermas, muitas das tentativas anteriores de explicação sociológica redundaram insuficientes, porque traziam uma concepção demasiado simples de “razão” (Cohn, 1993: 66).

Diante disso, como bem enfatizam seus intérpretes, a *racionalidade*, sob o ponto de vista do entendimento (consenso) como meta fundamental a ser alcançada pela interação, é pensada por Habermas “*como processo, como algo em ato, e não como um atributo de alguma coisa dada*” (Cohn, 1993: 68; grifo meu).

Para ele, a razão não existe fora das ações afetivas. Não se trata, portanto, de uma “entidade”, mas de um processo que a qualquer momento pode ser desencadeado por força da *disposição* e *capacidade* (lembremo-nos destes conceitos mais adiante) dos parceiros da interação, que sustentam discursivamente suas posições mediante *argumentos*.

Em tempo, vale lembrar que, por trás da elaboração destes conceitos (disposição e capacidade), parece-me clara a influência dos de “*langue*” e “*parole*”, de Saussure; e “*competência*” e “*desempenho*”, de Noam Chomsky, que lhes seriam, de certa forma, equivalentes dentro da lingüística.

Isto põe em evidência, basicamente, quatro pontos decisivos acerca da concepção de racionalidade que podemos encontrar na obra de Habermas: primeiro, a racionalidade é conceito fundamental à compreensão de sua teoria; segundo, a racionalidade constitui elemento dinâmico e próximo ao ser, originária mesmo de suas relações mais convencionais e cotidianas; terceiro, a racionalidade é epistemológica e ontologicamente indissociável da modernidade, ou de suas discussões; e, por fim, a racionalidade é um fenômeno cuja complexidade nos permite desdobrá-la em várias esferas de ação, tais como podemos ver nas três dimensões estabelecidas por Habermas - *razão instrumental, comunicativa* e *estratégica* - e suas principais características.

Utilizando como critérios de definição a “*orientação*”; o “*universo*” a

que correspondem; as "normas" que regulam sua aplicação; e os "objetivos" de cada um destes tipos de ação, podemos dizer que eles se definiriam, conseqüentemente, da seguinte maneira:

Quanto à orientação, a ação instrumental diria respeito à das relações dos homens com o mundo dos objetos; ao passo que a comunicativa e estratégica à orientação das relações dos homens entre si.

Quanto ao universo, a ação instrumental corresponderia ao do trabalho, entendido como controle sistemático sobre o mundo das coisas; e a comunicativa e estratégica ao universo das relações interpessoais; ou seja, à interação:

*"O trabalho ou labor, faz surgir um interesse técnico, um interesse em conhecer e controlar processos naturais, e usá-los em nosso favor. (...) Esse interesse dá origem ao que Habermas chama de 'ciências empírico-analíticas'. (...) O segundo meio pelo qual os seres humanos transformam seu ambiente, a linguagem, faz surgir o que Habermas chama de interesse prático, que, por sua vez, dá origem às 'ciências hermenêuticas'." (Craib, 1992: 233; tradução e grifos meus)*

Quanto às normas, a aplicação das ações instrumental e estratégica seria regulada pelas de *eficácia*; enquanto que as normas de *convivência* regulariam a ação comunicativa.

Finalmente, quanto aos objetivos, as ações instrumental e estratégica seriam voltadas à obtenção pura e simples de resultados, sendo que aquela pelo acionamento de objetos, e esta pelo acionamento de sujeitos como objetos; enquanto que o objetivo da ação comunicativa seria tão somente alcançar o entendimento, pelo estabelecimento de relações com pessoas.

O simples entrecruzamento de características que se observa, já bastaria para propor uma vasta discussão em torno destes tipos de ação e seus níveis de projeção empírica e epistemológica. Por motivos óbvios, porém, não me encarregarei aqui desta delicada tarefa. Em todo o caso, a partir daquilo que é visto neste rápido esboço acerca do "desdobramento da racionalidade", cabe-nos perguntar: com que objetivo Habermas promove esta distribuição da racionalidade em processos de ação *instrumental, comunicativa e estratégica*?

De acordo com ele, isto é feito para que se rompam os limites que uma concepção demasiado estreita de racionalidade impõe ao pensamento social, mesmo nas versões mais sofisticadas da teoria crítica da sociedade. Entre estas versões, por exemplo, encontram-se desde o materialismo histórico de Marx e Engels - que privilegiam o trabalho em sua tentativa de explicar os mecanismos constitutivos das relações sociais; à tese do predomínio crescente da razão instrumental sobre os indivíduos - fonte latente do desencantamento passional de Adorno e Horkheimer, dentro da própria Escola de Frankfurt.

Sobre estas perspectivas, e adotando um procedimento nitidamente revisionista e "endocrítico", Habermas promove alterações importantes, tais como a mudança do nível de abordagem dialética que toma o trabalho e sua representação para as classes em conflito, para a *interação social*; e a inserção de uma *dimensão emancipatória* da ação, como possibilidade de re-direcionamento da razão instrumental ao nível dos atores, para conquista do entendimento, por meio da interação. Tudo isso, porém, só se torna apreensível

numa ampla teoria da comunicação, que forneça as diretrizes necessárias à efetivação de tais pressupostos.

Como se nota, o acréscimo de uma dimensão emancipatória da linguagem vem a dotar a proposta habermasiana de um caráter “libertário” que, mesmo beirando a utopia, vislumbra possibilidades que em muitas das grandes teorias da ação social já postas em debate, encontram-se ausentes. Althusser, por exemplo, parece render-se à estagnação do indivíduo-fantoches, indefeso frente às manipulações sistêmicas. Goffman, por sua vez, encerrando-os num palco analógico, parece introduzi-los num jogo de estratégias onde a habilidade na troca de papéis determina acidentes e vantagens na mudança social. A Escola Racional, até onde percebo, é capaz de oferecer explicações razoáveis quanto aos processos por trás das escolhas, ao defini-las como resultado de um exame acurado de custos e benefícios, perdas e ganhos, o qual nem sempre pressupõe a manutenção ou (se for o caso) restauração das relações de harmonia entre os indivíduos ou mesmo uma ação libertadora capaz de “emancipá-los”.

A dimensão emancipatória inerente à ação comunicativa se constitui a partir da idéia básica de que toda interação implica num uso específico da linguagem, no qual destacam-se aspectos, tais como os *atos de fala*, as *reivindicações de validade*, o *questionamento*, a *defesa de posição*, a *apresentação de razões*, a *mediação argumentativa* e, o mais importante de todos, o *consenso racional*.

Em termos concretos, a relação entre tais aspectos se daria nos seguintes moldes: os *atos de fala* (enunciados lingüísticos elementares), encontram-se distribuídos entre dois falantes (F1 e F2), que os selecionam de acordo com os interesses específicos que atribuem à linguagem, visando alcançar determinados fins. No âmbito da teoria da comunicação, este fim é sempre o entendimento mútuo, de caráter emancipatório.

Os atos de fala, assim, são escolhidos de acordo com a *situação* em que a linguagem esteja sendo usada e com os objetivos do ator - donde se apreende, por conseguinte, toda a dimensão pragmática de seu alcance e concepção. Estes envolvem, implicitamente, *reivindicações de validade*; ou seja: toda vez que um ator assume determinada posição, solicita do outro um “reconhecimento” ou “adesão” que possui valor decisivo no andamento do processo.

Todavia, como está previsto que a validade das posições assumidas durante os processos de interação é *contestável* (ao menos em princípio), o F2, por exemplo, pode agir exatamente dessa forma ao tomar conhecimento da posição do F1. Ao contestá-lo, o F2 nada mais exige de seu interlocutor, senão a *defesa de sua posição*, mediante a *apresentação de razões*.

Quando a defesa é bem sucedida, numa interação que se desenvolve dentro das condições fundamentais à ação comunicativa (veracidade, correção, sinceridade e inteligibilidade), chega-se, portanto, ao chamado *consenso racional*. Vale lembrar, ainda, que toda esta ação ocorre dentro de um contexto implícito, chamado por Habermas de “Mundo da vida”, e este pressupõe tanto a cultura quanto a sociabilidade, formando, ao lado do sistema, a totalidade social (sociedade = mundo da vida + sistema).

Em síntese, portanto, é quando um percurso discursivo vai da colocação de uma posição por um dado falante, até o estabelecimento de um consenso

racional com seu interlocutor, que se revela, pois, toda a dimensão emancipatória inerente à ação comunicativa. O contrário, ou seja, o fracasso desta operação, leva justamente à eliminação desta porção emancipatória e à obtenção da obediência do indivíduo que incorpora passivamente a posição do outro sem exigir defesa, contentando-se com a apresentação vazia, apenas figurativa de razões pela voz dominante. Pior, todavia, é cogitar a possibilidade de que este indivíduo venha a tornar-se, ele mesmo, um reproduzidor mecânico tanto do discurso quanto do método persuasivo que o teria, segundo o esquema dominante, vitimado.

Por mais que sejamos tentados a admitir que a *comunicação sistematicamente distorcida* está bem mais presente em nosso dia-a-dia que a ação comunicativa, é interessante frisar que Habermas concebe a possibilidade de realização plena desta última, e, segundo ele, é nesta possibilidade *real* que se traduz todo o seu potencial aplicativo.

Todavia, para que isto se efetive, é necessário que se estabeleça uma *situação ideal de fala* -ou "*situação lingüística ideal*" (Freitag & Rouanet, 1993: 19) -, caracterizada pela *distribuição igualitária* de oportunidades de intervenção na interação por seus participantes, e constituída, basicamente, a partir de quatro condições. São elas: *veracidade* (quanto ao conteúdo do que é dito); *correção* (quanto às normas que regem as relações interpessoais); *sinceridade* (quanto às intenções dos falantes); e *inteligibilidade* (quanto ao aspecto especificamente comunicativo).

No discurso de dominação, estas quatro condições fundamentais são radicalmente postas de lado e, como parece, a ausência de qualquer uma delas compromete seriamente o processo comunicativo. Evidentemente, isto não é muito para que se possa atestar a impossibilidade de verificação empírica dos processos interativos que a teoria descreve, mas, ao contrário, termina pondo às claras não só a dependência da situação ideal de fala à presença daquelas condições no processo interativo; como também da obtenção do consenso racional, ao estabelecimento prévio de uma situação ideal de fala em que elas sejam corretamente articuladas. Noutras palavras, sem o respeito àquelas quatro condições básicas por parte dos sujeitos interagentes, fica impossibilitada qualquer constituição de uma situação ideal de fala e, desta forma, podemos concluir que falhas desta natureza constituem o primeiro passo rumo ao estabelecimento de um consenso viciado, através de uma comunicação sistematicamente distorcida desde as bases contextuais, que deveriam ser necessariamente outras para que o processo interativo tomasse um rumo diferente - e menos desastroso!

### Os limites da teoria - problemas e discussões

A ausência de veracidade, correção, sinceridade ou inteligibilidade na prática da interação abre uma perspectiva bastante adversa ao estabelecimento da ação comunicativa, tal como ela é vista ou idealizada por Jurgen Habermas. Este, porém, não é o único problema ligado à sua teoria.

Imaginemos, então, uma situação em que dois falantes, mesmo interagindo em uma situação ideal de fala (com tudo o que ela pressupõe), acabassem diante de um impasse gerado, por exemplo, pela não aceitação dos argumentos de um pelo outro, após várias apresentações sucessivas de

posições por cada um deles, ao longo do diálogo. Imagine-se, ainda, que nem a prorrogação do debate para apresentação de novos argumentos por parte do falante contestado surta algum efeito, no sentido de findar com este impasse hipotético.

Quando ocorre uma situação como esta, em que um falante jamais é convencido pelos argumentos do outro, de modo a que atinjam um consenso pleno, o diagnóstico mais provável é que um deles, por uma questão puramente "estratégica", resolveu mudar de assunto ou, simplesmente, despedir-se por falta de disposição, tempo ou melhores argumentos com que pudesse levar adiante aquela discussão, até convencer o seu interlocutor acerca de algo (ou seja, a aceitar sua posição, argumentativamente defendida durante todo o processo interativo).

Noutros termos, pode-se que dizer que a "indisposição" de um dos falantes foi o que pôs fim ao debate; o que em termos de ação comunicativa equivale a dizer que houve uma renúncia consciente da "disposição", como um dos critérios básicos ao desenvolvimento da interação face a face, de acordo com Habermas.

Diante disso, como crer na aplicabilidade da teoria da ação comunicativa, se, como vemos, esta pode não se constituir nem mesmo diante de uma situação ideal de fala, tendo seu curso abruptamente interrompido por um *impasse* que, de modo inesperado, chega a instalar-se em lugar do *consenso*?

É evidente que, sob vários ângulos, poderíamos discutir e contestar a relevância deste problema em relação ao complexo teórico analisado como um todo, mas, tendo em vista a pouca vantagem deste procedimento, melhor é não adotá-lo. Poderíamos, ainda, reconhecer a tese da "inaplicabilidade" de uma vez por todas, e tomar o exemplo acima como um bom atestado desta lacuna teórica significativa; ou, simplesmente, nos apercebermos de que mesmo não tendo sua aplicação comprovada em alguns casos, isto não significa que, submetida a alguns ajustes, o nível de aplicabilidade da teoria não pudesse ser elevado, de modo a torná-la bem menos sujeita aos rigores da crítica e ao pó das estantes.

Isto posto, devo dizer que nenhuma das alternativas acima serviria como consolo, uma vez que o reconhecimento das situações ideais de fala enquanto possibilidades "reais" por Habermas, deixaria claro que nem todas as situações são desfavoráveis ao estabelecimento de um consenso racional a partir da interação discursiva, como sugere sua teoria.

Neste momento, as questões que se colocam são as seguintes: primeiro, por que outras razões aquelas alternativas não deveriam ser consideradas?; e, segundo, como poderemos dar uma resposta que reconheça que tal situação de impasse é possível, e ao mesmo tempo seja capaz de preservar a teoria, não admitindo, ao menos com base nesta circunstância, a sua inaplicabilidade?

Certamente - voltando ao exemplo dado -, a possibilidade de que o processo de interação jamais venha a ser retomado pelos seus articuladores existe, mas aí já não estaríamos diante de uma *situação ideal de fala*, devido ao rompimento de uma das regras fundamentais à articulação da racionalidade no discurso; qual seja: a *disposição*. Sem ela, aliada à *capacidade* dos falantes em articular a linguagem para fins de entendimento mútuo, não se pode mais falar na obtenção de qualquer tipo de consenso, e já não poderíamos, portanto,

falar também em inaplicabilidade, devido ao fato de que não estaríamos diante de uma situação ideal concretizada; afinal, "*Disposição e capacidade vêm juntos, (...) E isto num sentido forte: a capacidade discursiva traduz-se precisamente na disposição em praticá-la*" (Cohn, 1993: 69, grifos meus).

Noutras palavras, não podemos criticar a teoria com base na hipótese aventada de um "impasse", uma vez que ela não descreve uma situação prevista por seu arcabouço, mas, ao contrário, justamente aquela veementemente repudiada em seus pressupostos; qual seja: a perda da capacidade interativa pelo ser humano; com o comprometimento de seu potencial comunicativo, em virtude do caráter unilateral que pressupõe a formulação do discurso racional *instrumental* ou *estratégico*.

Com base nestas colocações, podemos estabelecer uma seqüência lógica de organização das etapas e pressupostos habermasianos para exercício pleno da ação comunicativa:

Primeiro, o comprometimento mútuo - o que contribuiria para a distribuição igualitária de oportunidades de intervenção ao longo da interação - dos agentes, em adotar as condições básicas ao estabelecimento de uma situação ideal de fala: veracidade, correção, sinceridade e inteligibilidade; segundo, o desencadeamento da ação comunicativa, de caráter emancipatório (contrária à comunicação sistematicamente distorcida), dentro de uma situação ideal de fala, com vistas à obtenção do chamado "consenso racional" (oposto ao "viciado"); e, terceiro, a obtenção do consenso racional (a esse respeito, fala-se também em "teoria consensual" em Habermas), garantida pela *capacidade* dos agentes em articular a linguagem e sua *disposição* em fazê-lo, mediante a apresentação de posições, e sua posterior defesa por apresentação de argumentos que satisfaçam a contestação dos respectivos interlocutores, em momentos alternados da ação comunicativa.

Talvez estas justificativas ainda soem como insuficientes, mas isto não é relevante face à tentativa de esclarecimento a que se propõem. O que importa, na verdade, é mostrar o quanto uma avaliação mais cuidadosa do quadro teórico geral poderia eliminar algumas críticas freqüentes ao modelo habermasiano, que, normalmente tido como muito fechado ou "certinho" demais, impediria, segundo alguns, a sua posterior aplicação em pesquisa ou sua efetivação enquanto proposta analítica junto a uma situação cotidiana real observada.

Aos que pensam desse modo, talvez valha a pena considerar o quanto o quadro habermasiano poderia ser aplicado ao estudo de eventos sociais os mais comuns, tais como o processo de ensino-aprendizagem em suas múltiplas variações; uma defesa de tese acadêmica; as conversações para estabelecimento de um tratado (de paz, comercial, etc.) entre dois ou mais países; um debate político visto sob a ótica do eleitor; um julgamento público visto sob a ótica da relação entre jurados e o bloco defesa/ acusação; um diálogo conciliador entre pais e filhos; uma reunião em que líderes, profissionais, representantes ou grupos chegassem a acordos importantes, obtidos após longos debates e negociações; etc.

Estas são algumas situações em que a aplicação da teoria da ação comunicativa, a meu ver, poderia ser feita, *a priori*, com bastante precisão. Todavia, se já é difícil discutir o potencial "aplicativo" da teoria, discutir o seu



potencial "explicativo" é muito mais delicado, graças ao alto nível de generalidade das questões que ela suscita. A esse respeito, diriam alguns, o problema estaria justamente no fato de que uma teoria individualista-metodológica não poderia explicar por completo uma situação de interação, uma vez que seus resultados não seriam restritos a esse nível, mas poderiam se dirigir, à revelia das intenções dos atores, a domínios bem mais amplos.

Neste sentido, as novas questões que se colocam são as seguintes: quais as garantias de que a obtenção de um consenso racional ao nível da interação face a face, pode exercer alguma influência decisiva na modificação do sistema global de dominação?

Sem reconhecermos que existem, de fato, aquelas garantias, seria coerente (sem incorrerem no utopismo gratuito) aceitarmos a "emancipação" como uma possibilidade real?

Evidentemente, estas são questões cujas respostas não se constroem antes de uma boa discussão em sala de aula ou em círculos docentes, até porque os objetivos deste artigo são bem menos ambiciosos que solucionar de um só fôlego algumas das maiores controvérsias em torno da teoria de Jurgen Habermas. Ademais, o amplo tratamento destas questões exigiria um tempo e espaço de que nem eu nem o artigo, em verdade, dispomos.

Em todo o caso, este amplo debate acerca do verdadeiro papel da agência individual sobre a mudança sistêmica é fundamental e se projeta em várias direções. Através dele, pode-se verificar em que medida a ação individual é determinante ou determinada pelo sistema; se o potencial de determinação da agência individual é concreto, e qual o seu nível de alcance; e/ou, por outra via, até que ponto a relação indivíduo-sistema se constitui não em termos de hierarquia, mas, isto sim, de intercomplementariedade.

### Considerações finais

Para começar, creio que a teoria da ação comunicativa garante maior ênfase sobre o indivíduo (ou sobre as "micro"-relações), cobrindo a lacuna deixada por seus antecessores da Escola de Frankfurt, que, ao se debruçarem insistentemente sobre a questão do controle sistêmico através da *Razão Instrumental*, acabaram dotando a Teoria Crítica de um caráter demasiadamente geral e abstrato. Neste sentido, Habermas ressalta a possibilidade de uma agência transformadora por parte do indivíduo (num grau em que, aliás, nenhum outro grande sociólogo parece ter admitido), no sentido de mudar a disposição do sistema através da interação comunicativa (de caráter crítico), e não apenas submeter-se a ele pela via usual da "internalização". Neste sentido, a teoria da ação comunicativa traz em si a "implicação de uma sociedade radicalmente democrática, na qual todos têm acesso às ferramentas da razão, à oportunidade de contribuir com o argumento, ser ouvido e incluído na decisão final" (Craib, 1992: 236, tradução minha). Afora as objeções cabíveis à possibilidade de realização destes pressupostos, sua importância é bem menos teleológica que contestatória, no sentido de que oferece uma alternativa contrária à do relativismo niilista pós-moderno, e suas conseqüências para a reflexão crítica no interior das ciências sociais.

Em síntese, portanto, trata-se apenas da admissão de possibilidades à fuga e à crítica do Racionalismo Instrumental, pela via emancipatória da

comunicação. A propósito disto, aliás, vale a pena destacar não só a postura de restauração do Esclarecimento (que ele considera enquanto processo *ainda em andamento*) e da moralidade assumida por Habermas, como também a sua "defesa" da Razão instrumental, como parte integrante deste processo. De acordo com ele, deve-se entender que a instrumentalidade é apenas uma das modalidades da razão e, portanto, constitui erro grave tanto refutá-la quanto privilegiá-la em detrimento das demais - especialmente a comunicativa:

*"O problema com a razão instrumental não é tanto que ela seja errada em si mesma ou leve à dominação, mas sim porque nas sociedades modernas, ela tem adquirido prioridade sobre outras formas de conhecimento."* (Craib, 1992: 233, tradução minha)

Em conseqüência de seu recorte, localiza na interação mediada pelo discurso a célula fundamental da ação individual - e, por extensão, da estrutura social -, enfatizando a importância da linguagem *em-uso* para a formação, integração, crítica e emancipação do indivíduo na sociedade.

Em comparação com seus antecessores (sobretudo Adorno e Horkheimer), pode-se dizer que Habermas não só operou ajustes significativos, complementando em tempo a teoria crítica frankfurtiana (entre outras, de acordo com o que chama "reconstrução"), como também se mostrou bem menos pessimista e angustiado com relação aos rumos da História, ainda que reconhecendo a imensa desvantagem do ser humano frente ao racional-instrumentalismo e à poderosa ação reificadora-uniformizadora da indústria cultural. É neste sentido que, a meu ver, não se pode pensar a teoria de Habermas isoladamente, mas sim como parte de uma longa tradição (representada em Frankfurt) que, em sua amplitude, profundidade e capacidade de autocrítica e reformulação, constitui uma totalidade teórica difícil de ser apreendida, mas consideravelmente abrangente (tanto a nível micro quanto macro estrutural).

Outro aspecto que merece destaque, encontra-se no fato de a teoria da ação comunicativa permitir retomar a crítica do conhecimento e a crítica da cultura e do Estado, sob a ótica tanto do discurso teórico quanto prático. Habermas consegue, pois, aliar teoria e prática (especificamente a lingüística) dentro de uma mesma perspectiva sócio-analítica (Freitag & Rouanet, 1993: 20).

A teoria (vista em separado) toca pouco na estrutura, mas, considerando-se que esta não era a meta principal da abordagem sobre a ação comunicativa, pode-se dizer que, naquilo a que se propunha, ela constitui relevante contribuição à teoria crítica ao nível micro-estrutural, por abordar a célula básica da ação social - a interação -, nas condições lingüísticas primais que condicionam e permitem, por extensão, o contato do ator individual com as esferas superiores da estrutura. Além disso, o conceito de "mundo da vida", que, integrado ao de sistema, formaria a "sociedade", é outro aspecto que denuncia a presença da estrutura nesta abordagem, ainda que *en passant*.

Tais situações, aqui colocadas de maneira muito simples, a partir de exemplos bastante informais, nos dão ao menos uma idéia acerca da universalidade prevista na teoria da ação comunicativa e, às vezes, nem sempre reconhecida por seus exegetas mais desatentos.

Neste sentido, a ação comunicativa, entendida por Habermas como idealmente "face a face", não pode ser desvinculada de sua projeção universal, uma vez que a célula mínima da interação, caracterizada pelo diálogo, tem projeção significativa junto às esferas superiores da estrutura social, embora ainda não saibamos, ao certo, em que medida. De fato, através de seu esboço, Habermas transmite-nos a idéia (utópica? Cientificamente insustentável? Até que ponto?) de uma emancipação que é libertadora; mas a liberdade não é possível sem o reconhecimento da ação transformadora que a impulsiona e se inicia através do discurso.

### Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Textos Escolhidos**. Traduções Zeljko Loparic *et al.* 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Col. "Os Pensadores", vol. 16).
- BOTTOMORE, T. B. **Introdução à Sociologia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- \_\_\_\_\_. **The Frankfurt School**. London/New York: Routledge, 1989.
- COHN, Gabriel. "A teoria da ação em Habermas". In: CARVALHO, Mª do Carmo Brant de (org.). **Teorias da ação em debate**. São Paulo: Cortez/ FAPESP/ Instituto de Estudos Especiais - PUC, 1993.
- CRAIB, Ian. "The Frankfurt School: there must be some way out of here" e "Jurgen Habermas: back to the filling cabinet". In: **Modern social theory: from Parsons to Habermas**. New York: St. Martin Press, 1992.
- FREITAG, Barbara & ROUANET, Sérgio Paulo (orgs.). **Habermas**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1993 (Col. "Grandes Cientistas Sociais", vol. 15).

#### RESUMO

#### TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA: UM AVANÇO SEM APLICAÇÃO?

Considerada por alguns como um avanço em âmbito sociológico, a Teoria da Ação Comunicativa, proposta por Jurgen Habermas, ainda passa por uma vasta exegese crítica, a qual aponta, entre seus principais problemas, a impossibilidade de sua aplicação prática em pesquisas e análises objetivas da realidade. Por conta disso, a discussão de seus pressupostos básicos pode fornecer argumentos combativos à acusação de inaplicabilidade que comprometeria sua utilização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola de Frankfurt; Habermas; Teoria da Ação Comunicativa.

#### ABSTRACT

#### THEORY OF COMMUNICATIVE ACTION: A PROGRESS WITHOUT APPLICATION?

Some people consider Habermas's Theory of Communicative Action as an advance into the sociological analyses, but nevertheless it's still on reformulations, which points out, as one of its greater defects, the impossibility of its practical application on researches and objective analyses on reality. Because of it, the discussion about their basic outlines should provide arguments against the accusation of inapplicability that should compromise its use.

**KEYWORDS:** Frankfurt School; Habermas; Theory of Communicative Action.